



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA**

PARECER TÉCNICO - 01/2026

Interessado: Município de Brunópolis/SC

Objeto: Análise e justificativa do BDI – Revitalização Estádio Municipal

Endereço da obra: Rua Fredolino Rossdeutcher

Responsável Técnico: Nathan Santin Gonçalves – CREA/SC 197.325-9

Prezados (as),

O percentual de **BDI** adotado para a presente obra foi calculado com base na metodologia estabelecida pelo Acórdão nº 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, observando rigorosamente a composição analítica de seus componentes, quais sejam: Administração Central, Seguro e Garantia, Risco, Despesa Financeira, Lucro e Tributos.

Conforme demonstrativo apresentado, verifica-se que todos os componentes individuais do BDI se encontram dentro das faixas de referência usualmente aceitas para obras de construção de edificações, não havendo majoração indevida em qualquer de seus itens. Destaca-se que os percentuais adotados para **Administração Central, Seguro, Risco, Despesas Financeiras e Lucro** estão compatíveis com parâmetros técnicos de mercado e com as recomendações dos órgãos de controle.

O fator determinante para o percentual final de BDI superior ao limite de referência de **25%** decorre exclusivamente da incidência tributária, em especial do **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN**, cuja aplicação, no âmbito do Município de Brunópolis/SC, possui características distintas das adotadas como referência em bases nacionais.

Nos termos da **Lei Complementar Municipal nº 14/2003**, bem como sua alteração promovida pela **Lei Complementar nº 0111/2025**, o ISS incidente sobre os serviços de construção civil, enquadrados nos subitens 7.02 e 7.05, possui alíquota de **5%** e tem como base de cálculo o preço total do serviço, sendo expressamente vedada a dedução dos materiais empregados na execução da obra.

Tal condição difere substancialmente da prática usual considerada em composições referenciais, nas quais o ISS incide predominantemente sobre a parcela de mão de obra, resultando em menor impacto no BDI. No presente caso, a **incidência do imposto sobre 100%**



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA

do valor da obra eleva a carga tributária efetiva, refletindo diretamente no percentual final do BDI.

Importante destacar que, em simulação técnica, caso fosse adotado o modelo de incidência padrão utilizado nas referências nacionais, o BDI resultante situar-se-ia dentro da faixa de referência estabelecida pelo TCU, evidenciando que o acréscimo verificado decorre exclusivamente da legislação tributária local, e não de qualquer inadequação na composição dos custos indiretos.

Ressalta-se, ainda, que a não consideração dessa particularidade implicaria subdimensionamento do BDI, comprometendo a exequibilidade econômico-financeira do contrato e podendo ensejar desequilíbrio contratual durante a execução, em afronta aos princípios da eficiência, planejamento e equilíbrio econômico-financeiro previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o BDI adotado reflete fielmente as condições reais de execução da obra, estando tecnicamente fundamentado, juridicamente respaldado e plenamente compatível com as exigências legais e normativas aplicáveis, não configurando sobrepreço ou irregularidade, mas sim adequação necessária à realidade tributária do ente contratante.

O eventual enquadramento do BDI acima do limite de referência não decorre de majoração indevida de custos, mas de imposição legal específica, devidamente comprovada, sendo, portanto, plenamente justificável sob os aspectos técnico, econômico e jurídico.

Campos Novos/SC, 09 de abril de 2026.

Atenciosamente,

Nathan Santin Gonçalves

Engenheiro Civil – CREA/SC 197325-9

Responsável Técnico – AMPLASC